

Pedagogia: História da Educação. Maria Isabel Moura Nascimento. – Ponta Grossa, PR: ED. UEPG, 2009. 115p. il. Licenciatura em Pedagogia – Educação a Distância.

Lucia Mara de Lima Padilha
Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG.

Em Pedagogia: *História da Educação* têm o leitor à introdução à disciplina de História da Educação, do curso de graduação à distância em Pedagogia, oferecido pela Universidade Estadual de Ponta Grossa/UEPG, em parceria com a Universidade Aberta do Brasil/UAB, por meio de um sistema que propõe a articulação das instituições públicas, possibilitando levar o ensino superior público de qualidade aos municípios que não possuem cursos de formação superior ou cujos cursos ofertados não sejam suficientes. O livro tem sua estrutura dividida em cinco unidades, cada uma dessas unidades está dividida em respectivas seções.

A primeira unidade, “História da Educação: Objeto, Métodos e Fontes”, está dividida em três seções, na primeira a autora aborda questões relacionadas com o campo do conhecimento da história da educação, bem como sua importância na formação dos professores, pois contribui para orientar as suas atividades docentes, dando-lhe condições de melhor escolher os métodos e as idéias. Coloca que, para além da utilidade da História da Educação como antídoto para não se repetir no presente, os erros do passado, ela também possibilita ao professor refletir sobre as contradições presentes em nossa sociedade. Na segunda seção a autora, por meio de uma linha do tempo, enfatiza o surgimento da história da educação como disciplina que surge no século XIX na Europa, quando os primeiros trabalhos começam a ser publicados, ao mesmo tempo em que a disciplina passa a ser ministrada em Universidades e Escolas Normais. No Brasil a disciplina de “História dos Métodos e Processos de Educação”, é incluída no currículo da escola Normal com a reforma educacional de Francisco Campos, em 1931, sendo denominada de “História e Filosofia da Educação” em 1939, e ministrada no curso de Pedagogia da Faculdade Nacional de Fi-

losofia. Já em 1946, com a Lei Orgânica do Ensino Normal, inclui-se no currículo a obrigatoriedade da disciplina, e com a Lei de Diretrizes e Bases de 1961 fixou-se no currículo mínimo do curso de Pedagogia a disciplina de História da Educação. Na próxima seção dessa unidade, a autora destaca as diferentes concepções, objetos e fontes de pesquisa em História da Educação. Enfatiza a importância da História da Educação como uma produção humana de reconstrução de eventos passados, que produz diferentes concepções e métodos da história, assim como diversas compreensões sobre o papel do historiador na atividade de fazer a história. A autora também elenca as principais concepções e métodos da história que são adotados nas pesquisas e estudos de forma diferenciada e muitas vezes de forma contraditória: a marxista; a positivista; do Grupo dos Annales e da Nova História.

A terceira unidade, “A Educação na Antiguidade Clássica: Grécia e Roma” está dividida em oito seções. A primeira seção a autora inicia com uma breve introdução sobre as civilizações primitivas da África, Ásia e Europa, os chamados Povos Primitivos que viviam em tribos de números pequenos de pessoas, onde tudo que produziam era repartido com todos. As crianças, a partir dos sete anos de idade, acompanhavam os adultos da tribo, nos trabalhos como caça, pesca, pastoreio, agricultura, trabalhos com metais e fainas domésticas, garantindo com isso o alimento, ou seja, elas aprendiam para a vida por meio da vida, aprendiam através da imitação dos gestos dos adultos nas atividades diárias, nas cerimônias dos ritos religiosos e em outras atividades do seu grupo social. A autora destaca que nessas sociedades o homem primitivo em suas tribos manifestavam suas crenças através do divino por meio das danças antes da guerra, representando a antecipação mágica do que visa a garantir com sucesso.

Algumas pessoas adquiriam respeito e prestígio junto a comunidade tribal e eram consideradas o chefe guerreiro, ou o feiticeiro, passando assim a representar as necessidades da comunidade perante outras tribos. Nessas civilizações primitivas, a comunidade é colocada antes da produção, que não permite que o trabalho dos homens da tribo e o seu produto seja privado, o que faz com que o trabalho individual seja realizado em função do benefício da comunidade, porém com a dissolução das comunidades primitivas começa a divisão da sociedade em classes distintas e, definitivamente, opostas.

Dando continuidade com a segunda e a terceira seção, a autora destaca as características da educação no mundo antigo, pré-grego e grego romano, cuja educação dividia-se em classes, com papéis e funções diferenciadas, sendo uma educação oferecida para atender a sociedade aristocrática, separadas entre dominantes e dominados, bem como as características do período Homérico, que recebeu esse nome devido ao conhecimento baseado na interpretação das lendas contidas nos poemas épicos: A ILÍADA e A ODISSÉIA, que a tradição atribui ao poeta grego Homero.

Na quarta e quinta seção, a autora aborda a educação nas cidades-estado gregas: Esparta e Atenas. Em Esparta, cidade situada próxima do rio Eurotas, na região do Peloponeso, que vivia da agricultura e as leis eram discutidas por todos os cidadãos, a educação é dominada pelo conceito de predomínio do Estado sobre o indivíduo. A educação espartana do séc. IV a. C. estava inteiramente nas mãos do Estado, que intervinha na vida das crianças desde o nascimento, àquelas que não nascessem saudáveis ou robustas eram examinadas pelos éforos, uma espécie de supremos guardiões do Estado, que tinha o poder de decidir o destino do recém-nascido, caso possuísse algum defeito físico a criança era sacrificada. A educação iniciava-se em casa, realizada pela família, porém sob fiscalização do Estado, sob um regime autoritário e disciplinar. As crianças aprendiam as artes da guerra e desporto, a única diferença entre meninos e meninas é que as meninas não permaneciam nos quartéis, vinham para dormir em casa, porém sob o controle rigoroso do Estado. A educação escolar militarizada ia até aos 30 anos, quando o menino poderia tornar-se oficial e ganhar direitos políticos na polis. Já em Atenas, cidade-Estado onde predominavam os

navegadores, os comerciantes, estadistas, filósofos, poetas e artistas é considerada como o berço da democracia grega. Durante os séculos V e IV a.C., era considerada a maior e mais rica cidade da Grécia Antiga. Só participavam da democracia os cidadãos, isto é, apenas os homens livres de Atenas podiam participar dos debates de idéias para que a cidade se tornasse mais humana, os estrangeiros, as mulheres e os escravos não eram considerados como cidadãos, portanto, eram excluídos da civilização grega. Os homens livres, considerados cidadãos de Atenas, pertenciam a uma aristocracia composta por grandes proprietários rurais. A cidadania era um privilégio que se adquiria pelo nascimento, somente aos filhos de pai e mãe atenienses se reservavam o direito de serem cidadãos, os estrangeiros e seus descendentes que viviam em Atenas formavam a classe dos excluídos, os chamados metecos, assim como os escravos. A educação era transmitida na família e no gineceu até aos sete anos de idade, as crianças das famílias aristocráticas contavam com a ajuda de uma ama ou de um pedagogo *paidós* (criança) e *agodé* (condução) que significava “aquele que conduz a criança” que os ajudavam nas repetições das lições.

O período Helenístico abre a sexta seção desse capítulo, nela a autora destaca a decadência das cidades-estados gregas que é marcadamente conhecida a partir do século IV a. C.. A força da cultura helênica, que era mais forte naquele momento, se funde e se universaliza a outras culturas, convertendo-as em helenísticas. É neste momento, que a antiga Paidéia, torna-se uma forma de educação geral, diminui-se as atividades físicas e inclui-se uma quantidade maior de conhecimentos como disciplinas humanísticas (gramática, retórica e dialética) e científicas (aritmética, música, geometria e astronomia), considerados importantes para a formação do homem. Em função disso várias escolas chamadas filosóficas, são criadas e se espalham por toda Grécia. Dessa união é criada o grande centro de intelectual Universidade de Atenas e também Academia e Liceu.

Na sétima seção o destaque se dá para o Período Clássico, marcado pelas atividades dos sofistas, mestres de retórica e da cultura em geral que atendiam as pessoas da nobreza, constituídas por aqueles que podiam pagar por uma educação considerada melhor, um ensino mais completo do

que o oferecido pelos seus preceptores, voltada para preparar homens capazes e dispostos a galgar altos cargos políticos. Os fundamentos principais dos sofistas tinham presentes no homem o seu interesse filosófico, reconheciam os valores morais e as verdades como relativas, pois esta mudaria segundo o lugar onde o homem estivesse situado.

Na oitava e última seção desse capítulo, a autora aborda a Educação Romana, cuja cultura era dominada por uma aristocracia composta na sua maioria por camponeses, proprietários rurais que exploravam diretamente suas terras. A educação dos romanos era marcada pela formação do cidadão, que tinha como base primeira a família, como a principal educadora dos primeiros anos da criança, sob a responsabilidade da mãe. Aos olhos dos romanos, a família era considerada o meio natural em que deve crescer e formar-se a criança, como na Grécia, a criança a partir dos sete anos de idade saía dos cuidados exclusivo das mães e passava para o pai a responsabilidade de proporcionar ao filho educação moral e cívica. Com a constituição da República, Roma deixa a escola para o Estado, com o objetivo de formar administradores para a iniciativa privada, a escola tinha três níveis: ludimagister – elementar; gramático - secundário e superior - espécie de Universidade.

A terceira unidade do livro, “A educação Medieval”, divide-se em duas seções, na primeira a autora realiza uma breve descrição do contexto histórico do período medieval, enfatizando que a Idade Média teve início no século V, com as invasões germânicas (bárbaras) na Europa, marcado pela queda do Império Romano do Ocidente até o século XV, com a retomada comercial e com o surgimento do movimento renascentista. Esse período é também conhecido como a chamada Baixa Idade Média, que pode-se apontar como referência, o feudalismo “inicia” a sua decadência. Os senhores feudais exerciam o poder total sobre suas propriedades através da emissão de leis e da concessão de privilégios, é um período marcado pela soberania do Cristianismo e da Igreja Católica. A relação em que os trabalhadores da terra, os servos, eram obrigados a ter com o senhor, estabelecia uma hierarquia de senhores e vassallos. Essa relação de trabalho na forma de servidão era mais vantajosa para os donos da terra, em relação à escravidão, pois para ter escravo era preciso ter grande capital, já na relação de servidão

não havia qualquer gasto, pois qualquer gasto era pago pelo servo.

Na segunda seção, a Educação cristã primitiva, a autora coloca que tratava-se de uma educação estritamente religiosa, isto é, de uma parte da iniciação dogmática, sendo destinada apenas para a classe que representava a nobreza, portanto poucos podiam ter acesso a escolaridade. Marcada pela influência da Igreja, ensinava-se o latim, doutrinas religiosas e táticas de guerras, a educação cristã, para os filhos da aristocracia, era oferecida nas Igrejas com a supervisão da família que deveria educar seus filhos. O ideal que predominou em toda educação monástica foi o ascetismo, (moral que desvaloriza os aspectos corpóreos e sensíveis do homem), sendo assim, nos mosteiros os monges aprendiam a ler, ter livros e copiar manuscritos como uma disciplina, e depois passavam para os copistas das universidades, pessoas que no mesmo espírito monástico tinham a função de reproduzir os escritos. Uma das principais ações da Igreja Medieval estava nas escolas, pois nesse período não existiam escola leigas, todas eram privadas, com a direção e o seu corpo docente compostos exclusivamente por padres.

Na quarta unidade, “A educação Moderna”, a autora divide-a em três seções, na primeira contextualiza o período, elencando uma série de fatores que propiciaram o fim da Idade Média e a chegada do Renascimento, sendo um deles, o aumento da área agrícola e o nascimento de uma burguesia que tinha o propósito de ter poder aquisitivo, ter mais governabilidade que as autoridades que reinavam na época. Com isso, intensifica-se o comércio, surge um tipo de monarquia nacional e o aumento do crescimento urbano, os descobrimentos marítimos partem para novos descobrimentos anunciando a falência do feudalismo. Quando os europeus começaram a conquistar novos mundos, a partir do séc. XV, eles impuseram aos povos colonizados a forma pela qual eles praticavam ou conheciam entre eles, que era a forma de servidão. A autora enfatiza que o Renascimento foi um movimento de muitas mudanças na literatura, nas artes e também filosófico durante o sec. XIV, até o fim do séc. XVI. Inicialmente difundido na Européia, principalmente na Itália, que espalhou para os outros países europeus, principalmente aqueles ligados ao comércio. De uma forma bem ampla, o renascimento foi fortemente demarcado através de um homem valo-

rizado como humanizado, por isso o (Humanismo) e também tendo como importante a natureza. É a partir do Renascimento em que o homem passa a ser o centro, porém, não é qualquer homem e sim o burguês, com valores considerados modernos, como o individualismo, o naturalismo, o hedonismo e o neoplatonismo.

Na segunda seção, merece destaque o Estado, a Sociedade e a Educação moderna, caracterizada pela ambigüidade de defesa da idéia de liberdade por um lado e por outro a efetivação do controle social pelo Estado, que se torna o centro de todo o processo de reorganização e controle da sociedade, assim como de produção de comportamentos integrados aos objetivos da vida social. Neste contexto, a família e a escola são profundamente redefinidas e reorganizadas, com o surgimento da instrução para todos inicia um novo processo de reorganização que começa a partir da modernidade, pois até então a instrução de primeiras letras não era difundida de forma universal, pensar também a partir da modernidade como e quanto instruir, a quem deverá atender, pois também se falava de oferecer instrução para o povo, classes consideradas subalternas e para os produtores. A educação moderna, também, caracteriza-se pela ambigüidade entre as funções que cumpre de emancipação e de conformação, a busca pela liberdade, na defesa dos direitos individuais para a emancipação do homem, que se contrapõe à presença de elementos de controle do governo sobre as instituições educativas, como estratégia de conformação da sociedade. Com o paradigma científico passando a ser central a partir do século XVII, impondo o controle empírico e o rigor lógico e experimental, a pedagogia assume uma nova conformação típica das ciências modernas. A instrução era para privilegiar os interesses das classes aristocráticas na Europa do Renascimento, e fez com que a cultura das elites fosse baseada no humanismo cristão, onde sua matriz estava nas duas Antiguidades (sagrada e profana). Desta forma, o ensino elementar era semelhante ao catecismo e, por isso mesmo, era oferecido aos alunos nobres o acesso às leituras dos clássicos latinos e gregos, que até então era conhecido. Os melhores mestres e discípulos, com o respeito que sua classe social exigia para o nobre jovem, deveriam ser educados sem que este fosse submetido a qualquer castigo ou punições corporais, um princípio permitido aos pobres que tinham acesso a instrução.

Na terceira seção a autora enfatiza a Contra Reforma e a Instrução, que tinha como seu representante Inácio de Loyola, com a chamada Contra Reforma e a Companhia de Jesus, cujos objetivos da educação eram os de combater as idéias protestantes em ascendência. A orientação educativa da Igreja católica, como resposta ao protestantismo de Martinho Lutero, foi determinada em 1545, no Concílio na cidade italiana em Trento, um território feudal considerado neutro, por isso, ficou conhecido como Concílio de Trento que teve como objetivo encontrar respostas para os problemas colocados pelos protestantes e pelos humanistas. Quanto às escolas católicas, após o Concílio de Trento, todas passaram por um novo re-arranjo, sendo instituídos os seminários como forma de educar dentro da doutrina católica e transmitirem instruções através das disciplinas eclesiásticas, com a preocupação em se formar a classe dirigente da sociedade. O modo inicial como a Companhia de Jesus organizou-se foi pautado, prevalentemente, pelas idéias de Santo Inácio e daqueles companheiros iniciais, que apresentaram as ‘ameaças’ à ortodoxia da Igreja Católica, naquela nova realidade Pós-Reforma, estava distribuída em províncias e o critério para mapear esta divisão foi seguindo critérios lingüísticos e geográficos. As primeiras divisões da Companhia constavam as seguintes províncias européias: Itália, Portugal, Espanha, Alemanha, França e Polônia, sendo uma das missões da Companhia por novos mundos, instruir os meninos rudes na doutrina cristã e nos dez mandamentos.

Na quinta e última unidade do livro, a autora aborda a “Educação Contemporânea”, dividindo-a em quatro seções, sendo na primeira e na segunda destacado o marco que dá início ao período contemporâneo, a Revolução Francesa (1789), que tornou-se o marco histórico do início do período contemporâneo, devido às profundas transformações sociais, econômicas e políticas que foram provocadas, eliminando o antigo regime, ainda de conotações medievais de sociedade da ordem, da soberania por direito divino, da relação de organicidade entre as classes. A nova época que surge com a Revolução Francesa inicia um processo caracterizado pela inquietação, pela constante renovação, dando ênfase ao dinamismo social, ideológico, político, etc. A época contemporânea se caracteriza pelas tensões revolucionárias que implicam em

rupturas e reconstruções, neste sentido, a Revolução Industrial, que surge na Inglaterra no século XVIII, foi responsável por profundas mudanças em toda as instâncias da sociedade, o surgimento do sistema da fábrica, da produção coletiva em larga escala e do mercado mundial, marcou todos os países, provocando mudanças radicais na sociedade, como o proletariado, as grandes mobilizações demográficas, a divisão do trabalho e da propriedade. A revolução Industrial muda a formação humana exigida até aquele momento, pois vai estar voltada não apenas para o saber, mas também para o fazer. Ao passar a trabalhar na fábrica, deixando para trás o ofício na oficina, o ex-artesão está formalmente livre, porém essa liberdade é uma ilusão, já que no sistema capitalista o trabalhador não possui mais nada, nem mesmo o lugar de trabalho, perde a matéria prima, perde os instrumentos de produção, perde a capacidade de desenvolver sozinho o processo produtivo integral, perde o produto de seu trabalho, perde a possibilidade de vendê-lo no mercado. A autora coloca que durante o período contemporâneo, a palavra de ordem era a instrução pública como um direito, uma obrigação da humanidade e que entrava como pauta em qualquer discurso.

Seguindo sua análise a autora enfatiza que na contemporaneidade o homem tem os direitos políticos, sociais, civis, podendo participar de forma “igualitária”, é nessa época que os sistemas democráticos se organizam e passam a fazer parte de uma parcela considerável das sociedades, porém os cidadãos da democracia são aqueles indivíduos burgueses, que tem autonomia, opinião e bens, sendo, portanto, sujeito político com plenos direitos. Na terceira seção a autora enfatiza o fim da laicização, que foi a marca principal do mundo moderno, colaborando com profundas mudanças por parte de muitos Estados, favorecendo com que surgissem numerosas correntes reformistas, socialistas e anarquistas, para as quais muitos intelectuais e operários, puderam fazer suas opções de participação nestas tendências. No século XIX a educação desenrola-se pois num mundo que experimenta profundas transformações explícitas e radicais, entre a educação e o trabalho. Com a exploração do trabalho nas fábricas, a contemporaneidade não mediu fronteiras e nem limites legais para aproveitar da mão de obra das crianças colocando-as a trabalhar bem pequenas, com jornadas de trabalho que iam

além da capacidade levando-as ao sofrimento físico, conseqüentemente, era comum as crianças aparecerem com suas mãos machucadas, ou com parte de dedos, ou mãos decepadas por exercerem funções que não eram apropriadas para o seu tamanho. No século XIX, a educação torna-se marcada por uma pedagogia com um papel social bem definido, de mediadora, nas novas demandas sociais que o sistema capitalista impõe de forma a garantir que a pedagogia que é plural, e muitas vezes, oposta e descentralizadora, possa atender e representar as diversas classes sociais, deixando evidente o plano de educação para essa “nova” sociedade, para as massas, a educação primária, o ensino secundário e a educação superior para uma classe privilegiada, a burguesa.

Na quarta e última seção da unidade cinco, a autora aborda a educação do século XX, cujo centro é o homem como ser social, que se realiza numa sociedade que se apresenta como um campo de disputa, na perspectiva de articular as concepções, a organização dos processos e dos conteúdos educativos na escola. Neste sentido a educação do século XX, se vê diante de um movimento internacional, como na Europa ocidental e nos Estados Unidos, que influenciaram diretamente nas práticas educacionais das escolas, onde o principal alvo era a criança como centro do processo ensino aprendizagem. As profundas mudanças econômicas, políticas e sociais produzidas ao longo do século XX, trouxeram novos problemas para a educação e de formas diferenciadas em várias áreas do globo, que se originam na necessidade de alfabetização em massa, de formar cidadãos, de formar técnicos necessários ao avanço da industrialização e do surgimento de novas tecnologias, assim como novos modelos educativos e novos horizontes de teorizações pedagógicas. A partir da segunda metade do século, o mundo assistiu um grande movimento de independência política de colônias, que há anos vinham lutando, porém, deve-se ressaltar que apesar da independência política, as colônias mantinham a dependência econômica e tecnológica dos países desenvolvidos. O século XX trouxe uma radical transformação da pedagogia, à medida que coloca-se a serviço da criança ou das mulheres; redefine-a como um saber e como elaboradora de modelos formativos, relativos ao homem, à cultura, à sociedade, às instituições educativas.

Concluindo o livro, a autora destaca que a escola está cada vez mais central na sociedade contemporânea cumprindo importante papel em todos os aspectos da sociedade: No aspecto social, ela manifesta-se pela ampliação das oportunidades de acesso à escola para as camadas mais pobres da sociedade; No aspecto político, cumpre o papel na formação do cidadão tornando-o apto a viver numa sociedade democrática e instrumentalizando-o, minimamente, com o ensino das noções básicas da língua nativa e de matemática para sobreviver num mundo cheio de signos; No aspecto socioeconômico cumpre o papel de formar a mão-de-obra, de forma a poder operar o maquinário na produção industrial.